



A qualidade no ensino superior não se compadece com a pressa para ser alcançada, mas a sua busca deve ser constante e tornar-se “uma cultura das instituições de ensino”, considerou a presidente do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade (CNAQ), Ana Nhampule, fazendo fé ao ditado popular segundo o qual “a pressa é inimiga da perfeição.”

Falando na abertura da 4a. conferência nacional sobre o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia da Qualidade do Ensino Superior (SINAQES), a dirigente considerou que, apesar de existirem padrões aprovados pelos mecanismos de avaliação para se aferir a qualidade, “não existe uma meta que determine o fim da sua busca.”

Para além da fraca qualidade, as instituições do ensino superior ainda debatem-se com problemas tais como: investigação científica limitada, falta ou exiguidade de investimento, em particular em infra-estruturas, e escassez de equipamento pedagógico.

Neste contexto, em 2017, o país conheceu os primeiros resultados de avaliação externa e começou-se a monitorar os progressos nas entidades submetidos à avaliação, disse a fonte.

Naquele ano, “59% dos cursos não ministrados por diferentes entidades de ensino superior “não foram acreditados”, devido a problemas relacionados com a falta de infra-estruturas, pesquisa e ausência de docentes formados, explicou Ana Nhampule, à margem do evento acima referido.

Segundo ela, cerca da metade das instituições cujos cursos não foram autorizados submeteram, novamente, os seus relatórios para uma reavaliação. A primeira constatação sugere que os “resultados são positivos (...) mas é preciso” saber esperar para que a qualidade haja naturalmente.

Para a presidente da CNAQ, “é cedo para indicar o grau de satisfação ou não das recomendações” deixadas em 2017 com vista à melhoria da qualidade que tanto se pede no ensino superior. O certo, avançou ela, é que instituições já percebem que “devem ir fazendo” o que é exequível sem grandes investimentos para contornar a fraca qualidade. Por exemplo, “a formação de docentes e recrutamento de outros” com perfil exigido.

Sobre este assunto, Narciso Matos e João Mosca defendem, no seu artigo intitulado “Desafios Do Ensino Superior” as universidades, públicas e privadas, desmultiplicam-se em polos de ensino superior, sem corpo docente nem as demais condições científicas, pedagógicas, de infra-estruturas e de serviços em cada local. Oferecem-se cursos sem enquadramento de um projecto pedagógico.

Adicionalmente, apesar de a expansão das universidades ter procurado responder à procura do ensino pelo número crescente de estudantes que terminam o ensino secundário que querem e podem continuar os estudos, “o Estado não se preparou para o aumento rápido do afluxo de estudantes ao ensino superior e não criou novas universidades, cursos e preparado condições científicas e pedagógicas para uma diversificação da oferta (tipos de cursos) e elevação dos graus de ensino (mestrados e doutoramentos).”

O défice de oferta do ensino público foi sendo superado com o surgimento e desenvolvimento de universidades privadas, sem que existissem docentes formados para o crescimento de alunos e universidades verificado. Os investimentos concentraram-se em instalações. As bibliotecas, laboratórios, equipamentos pedagógicos, organização e formação em gestão universitárias, foram secundarizadas, vincam os académicos.